

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 13/Jan



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2702/2022



BAHIA

AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS DA LUTA CONTRA AS COISAS FEIAS DA INTERFORT:

VIGILANTES INTERFORT:



- **REUNIÃO COM A EMPRESA**
- **PROTESTO E REUNIÃO COM A SUPERINTENCIA DA CAIXA**
- **PROTESTO NA SUPERINTENDENCIA DO BB**

Se a Interfort respondeu com descaso a notificação de dezembro do Sindicato e deixou o “caldo entornar” neste mês de janeiro, com descontos sem explicação, atraso no pagamento de salários, o continuado descumprimento da obrigação de fornecer contracheque, e a falta de pagamento de alimentação, transporte (de imediato como manda a CCT) quando da realização de extras, bem como com o pagamento da remuneração destas extras no mesmo mês, a resposta dos Vigilantes de luta e da Direção do Sindvigilantes/BA não podia ser outra: AÇÃO, PROTESTOS E LUTA. E desde esta segunda-feira, esta tem sido a agenda do Sindicato e dos Vigilantes desta empresa:

- Segunda (10) logo cedo, ida a sede da empresa cobrar os direitos dos Vigilantes;
- Terça (11) convocação para protestos desta quarta e reunião com a empresa (14hs – gerencia local e diretores de Natal);

- hoje (12):
 - Protestos e reunião com o Superintendente da Caixa/Boca do Rio;
 - Protesto junto a Superintendência do Banco do Brasil/Piedade;
 - Encaminhamento de Ofícios/Denúncias ao BB e Caixa.

Os próximos dias dependem de como a empresa vai se comportar: corrigir as irregularidades, respeitar os trabalhadores e vai querer mais luta?

É bom salientar que a luta já tem alguns resultados e na reunião de ontem a empresa:

- a disponibilizar contracheques via link já divulgado;
- ficou de encaminhar, de imediato, para o Sindicato e para os vigilantes esclarecimentos sobre os tais descontos de dezembro. Já se passaram 24 horas e ainda não cumpriu;
- ficou de zerar os pagamentos em atraso. Até a manhã de hoje ainda tinha vigilante sem salário na conta;
- ficou de responder sobre o cumprimento da CCT sobre alimentação e transporte, de imediato, sempre que haja horas ou serviços extras, bem como sobre o pagamento das extras no mesmo mês.

O diálogo com a empresa tem sido muito “reto”:

- CUMPRAM COM AS SUAS OBRIGAÇÕES!
- RESPEITEM OS VIGILANTES!

A luta continua.

SINDVIGILANTES/BA

Reajuste salarial dos vigilantes do Rio de Janeiro



SEESVTVSMR



Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância,
Transportes de Valores e Similares do Município de Petrópolis e Região
(Três Rios, Paraíba do Sul, Teresópolis, Sapucaia, São José do Vale do Rio
Preto, Areal e Com. Levy Gasparian)

CGC nº 32.002.115/0001-01 - Código Sindical 000.261.05436-9.
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 03.10.88
Sede Própria: Rua Paulo Barbosa, 233 S/L. 02 - Centro - Petrópolis/RJ CEP 25620-100
Tel: 2237-4789 Fax: 2244-7882 Filiado à UGT /email:sindvigpet@yahoo.com.br

TABELA SALARIAL ANO 2022

Função	Piso Salarial	Piso + 30% Lei 12.740	Hora	Adicional Noturno	Dia	Hora Extra 50%	Hora Extra 100%	Triênio
Vigilante	1.662,20	2.160,86	9,82	1,96	72,03	14,73	19,64	33,24
Vigilante Motorista/Motociclista	1.994,64	2.593,03	11,79	2,36	86,43	17,68	23,57	39,89
Vigilante Feminina/Recepcionista	1.662,20	2.160,86	9,82	1,96	72,03	14,73	19,64	33,24
Segurança Pessoal Privada	1.994,64	2.593,03	11,79	2,36	86,43	17,68	23,57	39,89
Supervisor de Área	2.494,58	3.242,95	14,74	2,95	108,10	22,11	29,48	49,89
Fiscal de Posto / Supervisor Posto	1.841,29	2.393,68	10,88	2,18	79,79	16,32	21,76	36,83
Instrutor	2.798,11	XXXXX	12,72	2,54	93,27	19,08	25,44	55,96
Vig. de Monitor. AP.Eletrônicos	1.662,20	2.160,86	9,82	1,96	72,03	14,73	19,64	33,24
Coordenador	2.658,50	3.445,65	15,66	3,13	114,86	23,49	31,32	53,01

RIO DE JANEIRO

CONVENÇÃO 1º DE JANEIRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

Periculosidade LEI 12.740, Vigilante Patrimonial = R\$ 498,66

Reajuste Salarial: 10,16%

Reajuste Tiquete: 10,16%

Valor do Tiquete R\$ 31,95

Adicional noturno, equivale a 8 horas por plantão R\$ 15,68

Para os admitidos a partir de 01/03/2017, R\$ 15,21 no vale alimentação mensal em substituição ao triênio

Mensalidade sindical (3% do Piso Patrimonial): R\$ 49,87

Adriano Linhares da Silva
Presidente

Com Bolsonaro, salário mínimo do Brasil está entre os mais baixos do mundo



Pelo terceiro ano seguido, o governo de Jair Bolsonaro (PL) reajustou o valor do salário mínimo sem aumento real, apenas repôs o índice da inflação anual acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

O valor, que passou de R\$ 1.100 para R\$ 1.212, ficou, na verdade ainda mais baixo do que a inflação. O cálculo do governo, feito a partir de estimativas traçadas em dezembro, foi em cima de um índice menor do que o resultado

oficial do INPC divulgado nesta terça-feira (11). Por causa disso, o reajuste do salário mínimo está, na verdade, 0,14 ponto percentual abaixo da inflação.

Isso porque, embora o reajuste nominal do mínimo tenha sido de 10,19%, contra uma inflação de 10,16%, conforme nota técnica do IBGE publicada quando o novo salário foi anunciado, este índice de reajuste incluía um valor residual que não havia sido repostado quando o mínimo tinha sido reajustado, no início de 2021. Para efetivamente repor a inflação, o valor para 2022 deveria ser de R\$ 1.213,54.

Questionado sobre essa defasagem, o Ministério da Economia afirmou ao Brasil de Fato que “há incerteza inerente às estimações” e que essa correção virá apenas no reajuste do ano que vem. É a segunda vez consecutiva que isto ocorre.

Antes desses dois anos em que o aumento real foi exatamente 0%, em fevereiro de 2020 o governo reajustou a remuneração mínima com pífios 0,3% acima da inflação.

E assim, em comparação com os 35 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil figura como o segundo país com o menor salário mínimo.

O estudo divulgado pela plataforma CupomValido a partir de dados do OCDE e do World Bank sobre a remuneração de trabalhadores no mundo mostra que a Austrália é a que oferece o melhor salário mínimo e o México, o pior, com o Brasil vindo logo em seguida.

Política de desvalorização do salário mínimo

Desde que assumiu, Bolsonaro vem seguindo à risca o abandono da política de valorização real do salário mínimo, criada nos governos de Lula e Dilma Rousseff.

Em setembro de 2020, o ministro da Economia, Paulo Guedes, cuja política econômica fez engordar suas contas em paraíso fiscal nas Ilhas Virgens – chegou a afirmar que é preciso ter “cuidado” ao fazer esse tipo de ajuste, já que o aumento do salário mínimo poderia condenar pessoas ao desemprego.

Conforme explica a economista e doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp, Juliane Furno, a ideia vocalizada por Guedes é a de uma perspectiva liberal econômica.

“Por exemplo, em períodos de crise como o que a gente está vivendo, a existência de um salário mínimo seria um impeditivo para que mais pessoas adentrassem no mercado de trabalho, porque existem pessoas dispostas a trabalhar e a contratar, mas essas dispostas a contratar não poderiam pagar o mínimo, e as que estão dispostas a trabalhar se disporiam a trabalhar por menos que o mínimo”, ilustra Furno.

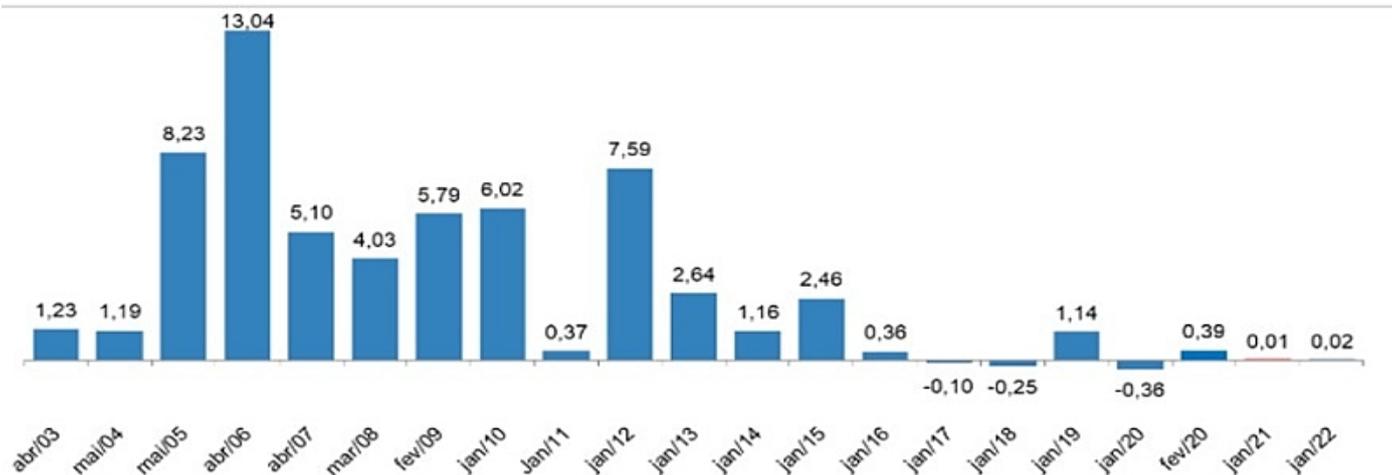
Para a economista, no entanto, essa correlação “é um mito”: “No período em que vigorou a política de valorização do salário mínimo o desemprego chegou em sua menor marca histórica. E a informalidade cedeu também”.

O atual cenário brasileiro, em que o salário mínimo tem o poder de comprar apenas 1,73 cesta básica, é resultado de escolhas políticas e econômicas que se arrastam há anos.

Antes de Bolsonaro, o governo de Michel Temer (MDB) – se somarmos os reajustes de janeiro de 2017, 2018 e também de 2019 (já que este foi definido ainda na gestão do emedebista) – aumentou o salário mínimo em 0,79% acima da inflação.

Durante as gestões petistas que o antecederam, somando os governos de Dilma Rousseff e de Lula (entre abril de 2003 e janeiro de 2016), o índice teve um aumento real de 59,21%.

Aumentos reais no salário mínimo em % 2003-2022



Elaboração: DIEESE

Obs.: Estimativa para janeiro de 2022

Evolução do aumento real do salário mínimo no Brasil ao longo dos anos / Dieese / IBGE

Essa política foi fruto de acordo firmado entre o Executivo e centrais sindicais, que realizaram uma campanha reivindicando aumento real do índice, com três marchas até Brasília em 2004.

Como resultado se estabeleceu que, para além da correção de acordo com a inflação, o reajuste da remuneração mínima no país teria anualmente um crescimento real. O seu cálculo levava em conta o PIB (Produto Interno Bruto) do país e a antecipação da data-base (revisão salarial e das condições de trabalho fixadas em acordos, convenções ou dissídios coletivos).

O modelo para calcular o reajuste do salário mínimo com essa valorização foi transformado em lei pela gestão de Rousseff, com vigência entre 2015 e 2018. Em seguida, foi abandonado.

“Foi muito importante essa política de valorização do salário”, avalia Furno, ao argumentar que entre 2003 e 2014 o ganho real na remuneração mínima foi de 74%. “Se levava em consideração que, para além de não terem perda pelo processo inflacionário, os trabalhadores – como são quem produz a riqueza social – deveriam se beneficiar do ganho econômico”, descreve.

Na visão de Furno, essa foi “a principal política social dos governos Lula e Dilma”, pois em sua opinião “reduziu não só a desigualdade funcional da renda, mas também as desigualdades de raça e gênero, já que a maioria dos trabalhadores que recebem salário mínimo são os mais pobres. E a pobreza no Brasil é essencialmente negra e feminina”.

“O salário mínimo é também o piso de referência dos benefícios da seguridade social, além de ser um instrumento importante de regulação macro-econômica”, elenca Juliane Furno, ao destacar que o cenário atual estaria ainda pior caso a política de valorização do salário mínimo não tivesse existido. “Infelizmente está sendo desmontada”, aponta.

Atualmente, conforme mostra o Dieese, esse poder de compra que permite a um trabalhador que recebe R\$1.212 por mês adquirir menos que duas cestas básicas é o menor da média entre 2008 e 2020.

Foto: Marcelo Casal Jr. / Agência Brasil

Fonte: Gabriela Moncau e Lucas Pará –
Brasil de Fato.

Teto do INSS deve subir para R\$ 7.087; veja como ficam os valores dos benefícios acima do salário mínimo

Segurados terão reajuste de 10,16% nos benefícios, mas índice vale apenas para quem recebia o pagamento em janeiro de 2021; para quem teve o benefício concedido ao longo do ano passado, percentual cai, dependendo do mês de início de recebimento.



Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem benefícios acima do salário mínimo devem ter reajuste de 10,16% na remuneração, após divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é usado como referência para o reajuste.

O governo precisa ainda oficializar o reajuste por meio de portaria no “Diário Oficial da União”. Procurado pelo g1, o Ministério do Trabalho e Previdência informou que “conforme previsto em lei, o INPC serve como base para reajustar os benefícios do INSS”, mas acrescentou que “ainda não há data certa para a publicação da portaria”.

Com o reajuste, o teto dos benefícios do INSS deverá passar de R\$ 6.433,57 a R\$ 7.087,22.

O reajuste de 10,16% vale apenas para quem estava recebendo os pagamentos em

1º de janeiro do ano passado. Os segurados que começaram a receber benefícios do INSS a partir de fevereiro de 2021 terão percentual menor de reajuste porque não receberam 12 meses cheios de pagamentos. Assim, o percentual de reajuste fica menor quanto mais tarde for a data de

início do benefício.

Os percentuais de reajuste proporcionais também deverão ser regulamentados nos próximos dias pelo Ministério do Trabalho e Previdência e pelo INSS.

Já para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo INSS não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Veja abaixo como devem ficar os valores reajustados de acordo com o novo salário mínimo e INPC – valores referentes a mais de um salário mínimo englobam quem estava recebendo os pagamentos em 1º de janeiro de 2021.

Reajuste dos valores dos benefícios do INSS

Em R\$

Benefício em 2021	Benefício em 2022*
1 100	1 212
1 200	1 322
1 300	1 432
1 400	1 542
1 500	1 652
1 600	1 762
1 700	1 872
1 800	1 982
1 900	2 093
2 000	2 203
2 100	2 313
2 200	2 423
2 300	2 533
2 400	2 643
2 500	2 754
3 000	3 304
3 500	3 855
4 000	4 406
4 500	4 957
5 000	5 508
5 500	6 058
6 000	6 609
6 433	7 087

*Valores acima de um salário mínimo ainda dependem de decreto do governo federal

Confirmado o reajuste de 10,16% para beneficiários do INSS que recebem valores acima de um salário mínimo, o aumento será pouco menor que o do salário mínimo, que teve alta de 10,18%, ou de R\$ 112 em relação ao valor vigente (R\$ 1.100) no ano passado, mas incorporou quase R\$ 2 como compensação pelo reajuste do salário mínimo abaixo da inflação em 2021.

Em 2021, o reajuste foi de 5,45% para beneficiários do INSS que recebem acima de 1 salário mínimo. Já para quem ganhava 1 salário mínimo, o percentual foi de 5,26%. Veja abaixo o histórico de reajustes:

Reajuste das aposentadorias

Evolução da correção anual dos benefícios do INSS e do salário mínimo

■ Anos com reajuste dos benefícios acima do salário mínimo maior que o do salário mínimo

	Benefícios acima do mínimo Variação (%)	Salário mínimo Variação (%)
1995	42,86	42,86
1996	15,00	12,00
1997	7,76	7,14
1998	4,81	8,33
1999	4,61	4,62
2000	5,81	11,03
2001	7,66	19,21
2002	9,20	11,11
2003	19,71	20,00
2004	4,53	8,33
2005	6,36	15,38
2006	5,01	16,67
2007	3,30	8,57
2008	5,00	9,21
2009	5,92	12,05
2010	6,14	9,68
2011	6,47	6,86
2012	6,08	14,13
2013	6,20	9,00
2014	5,56	6,78
2015	6,23	8,84
2016	11,28	11,68
2017	6,58	6,48
2018	2,07	1,81
2019	3,43	4,61
2020	4,48	4,70
2021	5,45	5,26
2022	10,16	10,18

g1 Fonte: Ministério da Economia e IBGE
Infográfico elaborado em: 11/01/2022

De acordo com o INSS, dos 36 milhões de benefícios pagos, 23 milhões recebem o valor do salário mínimo, ou seja, 36% do total ganha acima do piso nacional.

Quem ganha o benefício no valor de um salário mínimo recebe primeiro. O calendário referente a janeiro começa no dia 25. Já para quem recebe acima do piso nacional, os pagamentos serão a partir de 1º de fevereiro.

Os pagamentos são realizados levando em conta o número final do benefício, sem considerar o último dígito que aparece depois do traço.

Fonte: G1

Agências bancárias fecham em São Paulo diante do aumento de casos de covid

Pelo menos 150 unidades estão fechadas, e sindicato cobra dos bancos respeito ao protocolo e retomada das negociações sobre o tema



Dirigente sindical durante protesto contra demora na aplicação dos protocolos em caso de trabalhadores com diagnóstico positivo para covid-19

São Paulo, Osasco e região, pelo menos 150 agências bancárias foram fechadas diante do aumento do número de casos de covid-19. A informação é do Sindicato dos Bancários, que realizou uma pesquisa para avaliar a situação nos locais de trabalho. De acordo com a entidade, a retomada do horário de atendimento normal nas agências e o aumento no número de casos de covid-19 e gripe, levaram à alta de bancários contaminados e afastados pelas doenças.

“Dados preliminares de uma pesquisa online realizada pelo Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região mostram o avanço da covid-19, com a chegada da variante ômicron, mais transmissível que as anteriores, em agências e departamentos. Do total de bancários que responderam a pesquisa (cerca de 800), mais de 88% relataram casos de Covid-19 ou gripe (Influenza) nos últimos 30 dias. A consulta segue até o próximo dia 15”,

afirma o sindicato.

Para a secretária-geral da entidade, Neiva Ribeiro, os dados da pesquisa já apontam para um cenário de ampla contaminação nos locais de trabalho e a necessidade de que o respeito aos protocolos seja redobrado. O sindicato cobra retomada da mesa de negociação com os bancos para debater a adoção de novas medidas de proteção para bancários e clientes. A próxima reunião está prevista para o dia 20 e, até lá, o número de agências fechadas em função da covid-19 deve aumentar.

Demissões pioram situação

“Os bancos demitiram muito e as agências já estavam sobrecarregadas e com poucos funcionários, antes das demissões”, diz Neiva. A dirigente sindical critica, ainda, a cobrança excessiva de metas que faz os gestores relaxarem os protocolos de prevenção à covid-19. E relata um pouco do caos que o sindicato tem

constatado junto aos bancários nos locais de trabalho. “Tem o congestionamento nas telemedicinas dos bancos que não conseguem dar conta de atender tanta gente, a demora para sair o resultado dos testes. Além de médicos dando atestado, mas dizendo que é para trabalhar homeoffice”, denuncia.

Em artigo, a presidenta do sindicato, Ivone Silva, avalia os números dos cortes nos bancos. “O setor bancário permanece demitindo mesmo durante a maior crise sanitária vivida na história, enquanto os lucros seguem em alta. No último ano, julho/2020 a junho/2021, o lucro dos cinco maiores bancos do país somou 99,5 bilhões, com alta de 11,7% em relação a igual período anterior”, informa. “Em relação ao emprego bancário, desde o início da pandemia, foram eliminadas quase 11 mil vagas no setor, de acordo com dados do Caged, entre março/20 até agosto/21. E os números só não são piores porque a criação de vagas nos últimos cinco meses (+ 4.150 postos) foi resultado, sobretudo, da decisão judicial favorável a contratação de trabalhadores aprovados no concurso de 2014 da Caixa e ampliação de postos de trabalho em ocupações fora das agências bancárias”, relata.

Bancos públicos

A situação no Banco do Brasil e na Caixa Federal não é diferente. Segundo denúncia do Sindicato, o BB mudou o protocolo unilateralmente, sem anuência dos representantes dos trabalhadores. E isso teria aumentado o risco de contaminação de bancários e clientes. “O movimento sindical, por meio da Contraf-CUT (confederação dos bancários), acionou o Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a decisão do BB de alterar o manual de segurança sobre a covid-19. O banco já foi intimado a comparecer em uma audiência sobre a questão na quarta-feira 12”, informa o sindicato.

Na Caixa, um ofício foi enviado pelos representantes dos trabalhadores cobrando negociação para debater protocolos

mais rigorosos. “O aumento do índice de contaminação pelo coronavírus, além da nova variante da influenza, é alarmante. Recebemos diversas denúncias de empregados por todo o Brasil do descaso de gestores quanto ao cumprimento dos protocolos vigentes”, afirmou Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora da comissão de empregados da Caixa e dirigente da Contraf-CUT.

O que diz a Febraban

A federação dos bancos (Febraban) não respondeu aos questionamentos feitos pela reportagem. Em nota, a entidade informou que os bancos brasileiros têm assegurado as condições de um ambiente de trabalho com o máximo de proteção à saúde tanto para os funcionários quanto para os clientes, tendo adotado protocolos rígidos de proteção sanitária. “Tal prática, em vigor desde o início da pandemia em 2020, inclui a higienização, distanciamento entre os postos de trabalho, controle do número de pessoas dentro da agência e organização de filas para que não haja contato entre os próprios clientes.”

Ainda segundo a Febraban, os “bancos mantêm o rigor nas medidas sanitárias não sendo verdadeira a afirmação de que houve relaxamento nos protocolos adotados. Além disso, continuamos dialogando com os sindicatos sobre todas as etapas de evolução da pandemia”.

Nos casos de contaminação confirmada, relata a nota da federação dos bancos, as agências passam por um novo processo de higienização desde o início da pandemia, em 2020. “Tais procedimentos permanecem vigentes, sem qualquer alteração. Esses fechamentos variam diariamente e podem ocorrer por algumas horas ou até um dia, de acordo com o tamanho da agência”. E informa não haver qualquer prejuízo na prestação de serviços financeiros e bancários à população

Fonte: RBA

Doria dá sinal verde para “bico oficial” de policiais civis em SP

Governador autorizou trabalho de policiais civis em horários de folga nas ações de prefeituras pelo estado de SP. PM já adota mesma prática



Em São Paulo – O governador João Doria deu sinal verde para que policiais civis trabalhem nos períodos de folga em ações de segurança das prefeituras do estado de São Paulo.

Doria afirma que SP terá novas restrições para eventos com aglomeração

A informação foi antecipada pela Folha de S.Paulo e publicada no Diário Oficial do estado nesta quinta-feira (13/1).

O chamado “bico oficial” se tornou um complemento de renda para muitos agentes. Na cidade de São Paulo, a Atividade Delegada – que denomina esse reforço no policiamento municipal com policiais – existe desde 2009. Até

então, apenas o efetivo da Polícia Militar tinha autorização para participar desse tipo de atividade adicional.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou no último dia 16 de dezembro a inclusão dos policiais civis na Atividade Delegada.

O projeto, de autoria do deputado Delegado Olim (PP), defendia a permissão a profissionais da Polícia Civil para o trabalho em dias de folga, com uso de recursos de funções diárias como viaturas, fardas e armamentos – assim como já ocorria no caso dos policiais militares.

O autor do texto afirmou que “é conhecido e consagrado

que o princípio da cooperação entre os entes federados permite uma melhor gestão do serviço público. Se essa cooperação se der com a possibilidade mais ampla na transferência total ou parcial de encargos, melhora e muito essa eficiência”.

Implementada em mais de 60 cidades no estado de São Paulo, a Atividade Delegada costuma ser direcionada em ações como o combate ao comércio ilegal, fiscalização de sons e ruídos, e na proteção ao patrimônio público.

Fonte: Metropoles

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF